



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
Câmara de Educação Básica**

<b>INTERESSADO:</b> Marli Feitosa Hipólito da Silva		
<b>EMENTA:</b> Regulariza a vida escolar de Adrian Daniel Estevam Feitoza, conforme os termos deste Parecer.		
<b>RELATORA:</b> Selene Maria Penaforte Silveira Rocha		
<b>SPU</b> 9088327/2017	<b>PARECER Nº</b> 0513/2018	<b>APROVADO:</b> 23.05.2018

### **I – RELATÓRIO**

Marli Feitosa Hipólito da Silva, secretária da Organização Educacional Progressivo, instituição sediada nesta capital, solicita deste Conselho Estadual de Educação (CEE), por meio do processo nº 9088327/2017, providências para regularizar a vida escolar de Adrian Daniel Estevam Feitoza, diante da situação a seguir relatada.

Conforme a requerente, o aluno efetuara matrícula no 2º ano, em 2013, com a apresentação de uma declaração emitida pelo Colégio Bom Jesus (anexa ), na qual consta sua aprovação no 1º ano. No decorrer do ano de 2013, a escola solicitou o histórico escolar do aluno, que só fora entregue no ano de 2017, Nesse documento foi constatada a reprovação do aluno no 1º ano, diferentemente do teor da declaração apresentada no ato da matrícula. A secretaria informou que buscou contato com a escola anterior, mas que a mesma foi extinta. Diz, ainda, a requerente que o aluno cursou com êxito o 2º ano em 2013.

Consta no processo declaração da Escola Paraíso da Criança confirmando que o aluno cursou com aprovação o 3º e o 4º ano nos anos de 2014 e 2015, respectivamente, e que, em 2016, iniciou o 5º ano, mas desistiu no mês de fevereiro.

Diante do exposto, a secretária escolar solicita a este CEE a regularização da vida escolar do referido aluno.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Em casos como este, que ora é analisado, recorre-se ao recurso apresentado pela LDB/1996, no Artigo 24, Inciso II, Alínea c que prevê: “a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada (...)”.



CONSTITUANTE DO TRIBUNAL  
CONSTITUENTE DO TRIBUNAL  
CONSTITUENTE DO TRIBUNAL

INSTITUICAO: TRIBUNAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUICAO: TRIBUNAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUICAO: TRIBUNAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUICAO: TRIBUNAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUICAO: TRIBUNAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

1- FUNDAMENTO

Manoel Pereira, filho de Manoel Pereira e Joana Pereira, nascido em 15 de outubro de 1911, em Curitiba, Estado do Paraná, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, vem por meio desta petição requerer a expedição de uma carta de identidade para o nome de Manoel Pereira, filho de Manoel Pereira e Joana Pereira, nascido em 15 de outubro de 1911, em Curitiba, Estado do Paraná, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná.

Conforme a Lei nº 1.190, de 1950, que dispõe sobre a expedição de cartas de identidade, o requerente tem direito a obter uma carta de identidade para o nome de Manoel Pereira, filho de Manoel Pereira e Joana Pereira, nascido em 15 de outubro de 1911, em Curitiba, Estado do Paraná, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná. O requerente apresenta a seguinte documentação para comprovar sua identidade: 1) Cartão de Registro Civil nº 1.190, de 1950, emitido pelo Tabelião de Notas de Curitiba, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 1911; 2) Cartão de Registro Civil nº 1.190, de 1950, emitido pelo Tabelião de Notas de Curitiba, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 1911; 3) Cartão de Registro Civil nº 1.190, de 1950, emitido pelo Tabelião de Notas de Curitiba, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 1911.

Portanto, requer a expedição de uma carta de identidade para o nome de Manoel Pereira, filho de Manoel Pereira e Joana Pereira, nascido em 15 de outubro de 1911, em Curitiba, Estado do Paraná, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná.

Requer a expedição de uma carta de identidade para o nome de Manoel Pereira, filho de Manoel Pereira e Joana Pereira, nascido em 15 de outubro de 1911, em Curitiba, Estado do Paraná, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná.

2- FUNDAMENTO

Em razão de o requerente não ter sido registrado no Registro Civil de Curitiba, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 1911, não possui uma carta de identidade para o nome de Manoel Pereira, filho de Manoel Pereira e Joana Pereira, nascido em 15 de outubro de 1911, em Curitiba, Estado do Paraná, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná. O requerente apresenta a seguinte documentação para comprovar sua identidade: 1) Cartão de Registro Civil nº 1.190, de 1950, emitido pelo Tabelião de Notas de Curitiba, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 1911; 2) Cartão de Registro Civil nº 1.190, de 1950, emitido pelo Tabelião de Notas de Curitiba, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 1911; 3) Cartão de Registro Civil nº 1.190, de 1950, emitido pelo Tabelião de Notas de Curitiba, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 1911.

W  
X  
Y  
Z





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
Câmara de Educação Básica**

Cont. do Parecer nº 0513/2018

**III – VOTO DA RELATORA**

Considerando que, de acordo com as evidências documentais, Adrian Daniel Estevam Feitoza cursou com êxito o ensino fundamental até o quarto ano e considerando, ainda, que a instituição de ensino na qual o aluno cursou o 1º ano do ensino fundamental foi extinta, autorizamos a Organização Educacional Progressivo, nesta capital, a emitir o histórico escolar do referido aluno, considerando suprido o 1º ano do ensino fundamental, regularizando, assim, sua vida escolar e dando-lhe condições de prosseguir seus estudos na forma da lei.

Em assim sendo, lavrará ata especial, tomando por base o Art. 24 da LDB e o presente Parecer, registrando a supressão do 1º ano, fazendo, também, igual registro com observação no histórico escolar do aluno.

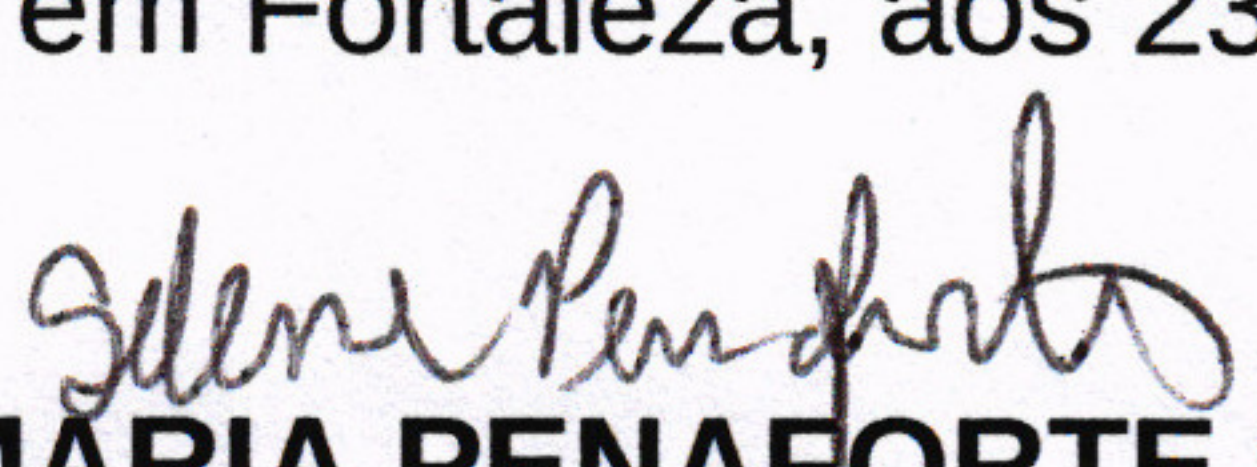
Recomenda-se à Organização Educacional Progressivo mais cautela e rigor administrativo e pedagógico na prática dos atos escolares que dizem respeito diretamente à vida escolar dos seus alunos, evitando, assim, comprometimentos ou prejuízos futuros aos educandos e à própria imagem da instituição escolar.

É o parecer, salvo melhor juízo.

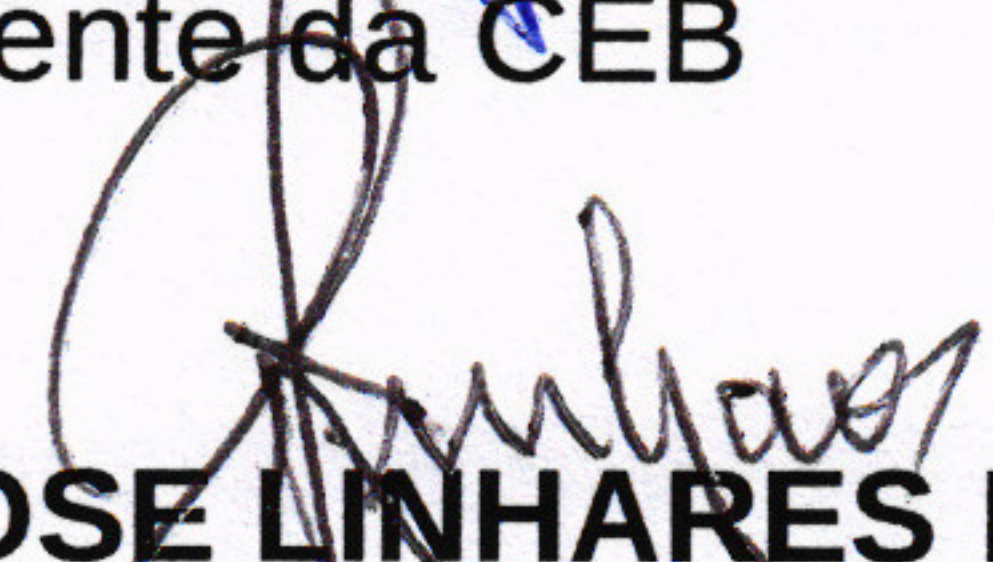
**III – CONCLUSÃO DA CÂMARA**

Processo aprovado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação.

Sala das Sessões da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação, em Fortaleza, aos 23 maio de 2018.

  
**SELENE MARIA PENAFORTE SILVEIRA**  
Relatora

  
**JOSÉ MARCELO FARIAS LIMA**  
Presidente da CEB

  
**PE. JOSÉ LINHARES PONTE**  
Presidente do CEE



CONSTITUÇÃO DO TRIBUNAL DE CONCORDIA  
DE 1994

CONSTITUÇÃO DO TRIBUNAL DE CONCORDIA

CONSTITUÇÃO DO TRIBUNAL DE CONCORDIA

Considerando que o Tribunal de Concordia é uma instituição permanente, criada para atuar no âmbito do Poder Judiciário, e que, em virtude da sua natureza, deve ser dotado de uma estrutura organizacional adequada para o exercício de suas funções, resolve o Conselho de Administração, no uso de suas atribuições, aprovar a seguinte Constituição:

Art. 1º - O Tribunal de Concordia é uma instituição permanente, criada para atuar no âmbito do Poder Judiciário, e que, em virtude da sua natureza, deve ser dotado de uma estrutura organizacional adequada para o exercício de suas funções.

Art. 2º - O Tribunal de Concordia é uma instituição permanente, criada para atuar no âmbito do Poder Judiciário, e que, em virtude da sua natureza, deve ser dotado de uma estrutura organizacional adequada para o exercício de suas funções.

Art. 3º - O Tribunal de Concordia é uma instituição permanente, criada para atuar no âmbito do Poder Judiciário, e que, em virtude da sua natureza, deve ser dotado de uma estrutura organizacional adequada para o exercício de suas funções.

Art. 4º - O Tribunal de Concordia é uma instituição permanente, criada para atuar no âmbito do Poder Judiciário, e que, em virtude da sua natureza, deve ser dotado de uma estrutura organizacional adequada para o exercício de suas funções.

Art. 5º - O Tribunal de Concordia é uma instituição permanente, criada para atuar no âmbito do Poder Judiciário, e que, em virtude da sua natureza, deve ser dotado de uma estrutura organizacional adequada para o exercício de suas funções.

CONSTITUÇÃO DO TRIBUNAL DE CONCORDIA  
DE 1994

CONSTITUÇÃO DO TRIBUNAL DE CONCORDIA  
DE 1994

CONSTITUÇÃO DO TRIBUNAL DE CONCORDIA  
DE 1994